



A MULHER E A MÃE: UM CONFLITO EM QUESTÃO.

LEAL, Fernanda

Estudante de doutorado do Programa em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal)

Bolsista Fapesb

fernandaleal@matern.com.br

229

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar, de forma resumida, os pontos teóricos e as problematizações que o tema do psiquismo materno no pós-parto suscita. Iniciando a análise a partir da contribuição freudiana acerca do desenvolvimento sexual feminino, questiono a equivalência quase imediata que o psicanalista propõe entre a mãe e a mulher. Para tanto trago na sequência um debate proposto pela historiadora francesa Elisabeth Badinter sobre o conflito entre a mãe e a mulher. Debate este que já propõe uma reflexão interdisciplinar sobre a maternidade, pois a coloca no centro de discussões sociológicas. Retornando em seguida aos elementos da análise psicanalítica, para traz o conceito de trauma psicológico, como o equivalente ao psiquismo materno no pós-parto. E por fim, coloco a família, e mais especificamente, o pai como suporte que pode desempenhar um papel fundamental no processo de maternalização das mulheres no pós-parto.

Palavras-chave: mulher, mãe, conflito

ABSTRACT

This work pretend to demonstrate, in a shortly way, theoretical points and contextualizing the issue of maternal psyche postpartum raises. Starting from the women sexual development theory of Freud, emerge automaticaly questions about the equivalence between a mother and wife that Freud propose in his text. To discuss this, I bring the french historian Elisabeth Badinter discursing the conflict between mother and wife that she debate in her book. This debate propose an interdisciplinary reflection on motherhood, now the sociological point of vue. Then, I return to the elements of psychoanalytic analysis to bring the concept of trauma, such as the equivalent of maternal postpartum psychism. Finally, I made a reflexion about the the family, and more specifically, the father as a support of the mother; a father that can play a an important role in the process of became a mother in the women postpartum .

Key-words: women, mother, conflict



1. INTRODUÇÃO

Por onde começar para falar da mãe e da maternidade? “Les mères ont-elles une histoire?¹” (KNIBIEHLER, 2012[2000], p. 5). Se as mães têm uma história, certamente sim! E se hoje a maternidade é vista como parte integrante da cultura, do social (KNIBIEHLER, 2012[2000]), foi, no entanto, como um fato de natureza que o olhar sobre a mãe, e a mulher, ficou submetido durante muito tempo de sua história. Mãe era uma continuidade natural do ser mulher. Quase sinônimos, esses dois atores sociais, passaram muito tempo presos ao que podemos dizer seu fim biológico.

Toda a apreensão da maternidade – desde a Antiguidade até o século XVIII (KNIBIEHLER, 2012[2000]) – passava necessariamente pelas questões do feminino e da sexualidade. Falar de mãe e falar de mulher era quase a mesma coisa. Não obstante, os tempos são outros e os discursos acerca da maternidade deixam muitas vezes a desejar. Parece-me que há algo de muito obscuro nesse entrecruzamento entre mulher e mãe que nos escapa e que pretendo me debruçar a fim de compreender o psiquismo materno e sua vulnerabilidade no pós-parto.

Passeando por esse campo, verifiquei a necessidade de aprofundar em algumas questões sobre a mulher e a mãe com o intuito de me aproximar mais do objeto de pesquisa. O universo materno infantil, que se desenha como cenário para o problema proposto, já se apresenta, por si só, como um campo que não apenas pode se submeter a um olhar interdisciplinar, como necessita a assistência e o diálogo constante com inúmeros campos do saber.

Nesse trabalho tentarei, portanto, demonstrar, de forma resumida, os pontos teóricos e as problematizações que o tema do psiquismo materno no pós-parto suscita. E para começar esse percurso, recorrerei ao pai da psicanálise, por identificar o quanto as questões do feminino e da sexualidade – relação que verificamos como estando associada à maternidade desde a Antiguidade – estão presentes na obra de Freud, e, por outro lado, por perceber que o desenvolvimento sexual feminino proposto por Freud possui particularidades que nos fazem questionar tanto com relação à sua identidade de mulher como com relação à sua identidade de mãe. Assim, antes de adentrarmos no universo materno a partir dos conflitos entre a mãe a mulher, e depois pelo trauma psíquico que se assemelha ao processo subjetivo da mulher no

¹ Tradução livre: “As mães tem uma história?”



puerpério para, por fim, chegar à família como ambiente onde vemos ocorrer todas as mudanças até à maternidade, acredito ser fundamental percorrer as pesquisas freudianas acerca da feminilidade para compreender a relação que Freud estabelece entre a mãe e a mulher e o lugar de destaque que ocupa a sexualidade nesse percurso.

2. A SEXUALIDADE FEMININA

Desde os primórdios da sua elaboração, Freud conferiu grande relevo e destaque à sexualidade, sobretudo à sexualidade infantil, definida pelo autor como auto-erótica, pois que se limita ao próprio corpo da criança, tendo um caráter perverso, na medida em que não visa o coito ou a procriação, e polimorfo, na medida em que viabiliza-se na totalidade do corpo, sem prevalência de zona erógena, como será, em relação ao primado genital, a partir da puberdade e por toda a vida adulta (FREUD, [1905]1996).

Tal posição de relevo deve-se essencialmente ao fato de Freud compreender o desenvolvimento da sexualidade a partir do contexto familiar e social. Mais do que isso, Freud defende que a sexualidade que se desenvolve a partir das relações dentro da família entra no processo de constituição psíquica do sujeito humano. A família, desta forma, representada pelo complexo de Édipo², seria o ambiente favorável ou desfavorável para o desenvolvimento do menino em homem e da menina em mulher, ou seja, para o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade, respectivamente. Portanto, a identidade sexual é compreendida como o cerne de toda organização psíquica, na qual o fim esperado é a masculinidade para os meninos e a feminilidade para as meninas.

Mas, para alcançar a forma final de sua identidade sexual, a criança deve passar por algumas etapas durante seu desenvolvimento. Nesse percurso em direção à identidade sexual da vida adulta, encontramos diferenças significativas no caminho que Freud sugere que o menino deve percorrer do caminho que deve seguir a menina. Percebemos em seus ensinamentos que o

2 O Complexo de Édipo poderia ser compreendido de forma resumida como a ligação amorosa que a criança estabelece desde cedo com o genitor do sexo oposto ao seu. Nesse complexo familiar, a criança se depara com sentimentos e desejos ambivalentes, ora amando a mãe e odiando o pai, ora amando o pai e odiando a mãe. Os processos identificatórios com os personagens familiares acontecem dentro desse contexto de ambivalência.



desenvolvimento sexual feminino possui particularidades que nos trazem muitos questionamentos.

O que se observa, é que até atingir sua identidade sexual, do período da puberdade e vida adulta, a criança deve passar por algumas renúncias e mudanças significativas no seu funcionamento sexual. Não apenas deve renunciar a seu auto-erotismo, como deve, posteriormente, renunciar a seu objeto de amor primordial, aquele do complexo familiar, ou seja, a mãe. No caso das meninas, o caminho é ainda mais tortuoso, pois ela esbarra ao longo do seu desenvolvimento com dois objetos, a mãe e o pai. Assim, na descrição que Freud faz do desenvolvimento da sexualidade feminina, vemos surgir uma série de interrogações que ele deixa em aberto. Não à toa, em seu texto sobre a Sexualidade Feminina ([1931]1996) ele nos provoca:

Com a menina, é diferente. Também seu primeiro objeto foi a mãe. Como encontra o caminho para o pai? Como, quando e por que se desliga da mãe? Há muito tempo compreendemos que o desenvolvimento da sexualidade feminina é complicado pelo fato de a menina ter a tarefa de abandonar o que originalmente constitui sua principal zona genital (...). Agora, no entanto, parece-nos que existe uma segunda alteração da mesma espécie, que não é menos característica e importante para o desenvolvimento da mulher: a troca de objeto original – a mãe – pelo pai. A maneira pela qual essas duas tarefas estão mutuamente vinculadas ainda não nos é clara. (p. 233).

Se já é tão complexo essa transformação da menina em mulher, é mais ainda a transformação da mulher em mãe, como tentarei manifestar brevemente. A questão da mãe e da mulher tem se apresentado como um tema recorrente desde que se observa uma mudança significativa na valorização e participação das mulheres no sistema econômico e social.

Mas antes de ingressar nessa problemática que requer a letra de autores da História, da Filosofia e da Sociologia (ARIÈS, 1978, 1991, BADINTER, 1985, 2010; BEAUVOIR, 1976, entre outros), o próprio Freud, propõe uma compreensão da sexualidade feminina, que, particularmente, me faz repensar e analisar questões relativas à maternidade que parecem ultrapassar a hipótese freudiana.

A hipótese a que me refiro poderia ser apresentada através de uma equação metafórica e metonímica³. Pois, para Freud, a menina alcança sua feminilidade quando substitui seu desejo masculino – ter um filho da mãe – pelo desejo de ter um filho, primeiro, um filho do pai, e

³ A equação implica numa metáfora, pois os objetos envolvidos são representações de outra coisa, a saber, o objeto de desejo da criança, porém, é igualmente uma metonímia, na medida em que ocorre um deslocamento de significante, de um filho da mãe para um filho do pai.



posteriormente, um filho do seu objeto de amor da vida adulta. Dessa forma, a hipótese freudiana esbarra no fato de que a menina se realiza como mulher quando tem um filho.

A equação, assim definida poderia ser mulher = mãe. Talvez essa equação seja o ponto de partida para o meu problema de pesquisa, que poderia introduzir nesses termos: Se para Freud a mulher se realiza quando se torna mãe; se ser mãe é o desejo primordial da mulher, por que se constata que a maternidade é reconhecida como a ocasião de surgimento de patologias mentais e transtornos do comportamento de gravidade diversa (KENDELL, 1987 *apud* BYDLOWSKI, 1998, p. 199); assim como o risco de apresentar uma depressão no período do pós-parto é 3 vezes maior que em qualquer outro momento da vida da mulher (COX, 1994 *apud* BYDLOWSKI, 1998, p. 206)?

Se a afirmativa de Freud realmente se constitui numa hipótese, para o pai da psicanálise, portanto, o objetivo final do desenvolvimento sexual feminino seria nada mais que tornar-se mãe. Convém destacar que se assim compreendemos o desenvolvimento da menina, estaríamos considerando apenas o fim biológico de todo ser mulher.

Mas como assinalou Simone de Beauvoir (1967, p. 248): “É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é sua vocação ‘natural’ porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie. Mas já disse que a sociedade humana nunca é abandonada à natureza. E, particularmente, há um século, mais ou menos, a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlada pela vontade”. E portanto, não podemos reduzir a mulher à equação proposta por Freud. Pelo contrário, o que parece ocorrer é antes um conflito entre o desejo da mulher e o desejo da mãe, muito mais do que uma completude ou equivalência. A questão do conflito entre esses desejos nos conduz a um outro caminho. Vejamos onde essa problematização nos leva.

3. O CONFLITO: A MULHER E A MÃE

O conflito está na base das neuroses freudianas – o conflito entre o desejo que aparece direcionado à família, o pai e a mãe, e a proibição desse desejo, representado pela proibição do incesto. Mas o conflito que proponho discutir pode ser melhor apreciado pela filósofa e historiadora francesa Elisabeth Badinter em seu livro *O conflito: a mulher e a mãe* (2011). Na sua reflexão encontraremos a ambivalência na base do conflito. Segundo a autora, essa ambivalência, por sua vez, se torna mais evidente, e conseqüentemente, o conflito que ela



engendra, a partir do momento em que a criança deixa de ser uma “consequência natural do casamento” (p. 18) e passa a ser resultado de uma escolha.

Por um filho no mundo é um compromisso de longo prazo que implica dar prioridade a ele. É a decisão mais perturbadora que um ser humano é levado a tomar na vida. A sabedoria exigiria, pois, que ele pensasse duas vezes e se interrogasse seriamente sobre sua capacidade altruística e sobre o prazer que ele pode obter disso. (BADINTER, 2011, p. 18)

As mudanças políticas, sociais e econômicas que colocaram a mulher num outro lugar dentro das sociedades passa a refletir decisivamente na família. A mulher deixa de ser apenas a mãe, como o quis equivaler Freud, para ser outras coisas. Só que “Quanto maior a liberdade de decisão, maior a responsabilidade dos deveres. Em outras palavras, a criança, que representa uma fonte inesgotável de realização para algumas mulheres, pode revelar-se um obstáculo para outras” (p. 22). Entretanto, o que Badinter deixa escapar na sua análise é que mesmo nas mulheres para as quais a criança representa uma fonte inesgotável de realização, mesmo nessas mulheres, o pós-parto pode ser uma fissura sem precedentes. Como explicar isso? Que o desejo materno entra em choque com o desejo da mulher Badinter nos responde muito bem, porém não justifica a vulnerabilidade psíquica a que estão expostas as mães no pós-parto.

Poderia recorrer à medicina com sua tese das alterações hormonais, que, de fato, não podemos descartar. No entanto, as alterações hormonais não respondem sozinhas às contingências que vemos aparecer, as vezes silenciosamente, e outras, explosivamente, na gestação e, principalmente, no pós-parto, o qual delimito aqui como objeto de estudo. Pois se a vulnerabilidade psíquica das gestantes e puérperas devessem apenas à ebulição de seus hormônios, e às alterações corporais e fisiológicas que eles acabam por produzir, deveríamos encontrar a mesma realidade psíquica em todas as mulheres ou o mesmo grau de adoecimento psíquico. Entretanto, quando falamos de universo materno é bem outra coisa que encontramos. Ao invés da semelhança deparamo-nos com a variedade. Mesmo quando falamos da mesma patologia psiquiátrica, cada mãe apresentará o seu adoecimento dentro de um quadro que lhe é particular.

Há algo maior, algo que está na origem dessa experiência, e que mulher nenhuma pode escapar, porém cada uma manifesta à sua maneira, adoecendo mais, ou menos, de acordo com sua vulnerabilidade psíquica anterior à experiência materna, que acredito estar relacionada a família. A família enquanto ambiente que promove a constituição psíquica dos sujeitos. Voltaremos a esse esboço mais tarde, no próximo capítulo. Antes, gostaria de me deter em um



conceito com o qual me deparei quando em busca de algo que pudesse responder, além da família, a essa vulnerabilidade psíquica materna.

3. O TRAUMA

Em busca desse algo retorno para o pai da psicanálise. Pois apesar de tentar igualar a mulher à mãe e, conseqüentemente, considerar a dimensão biológica da mulher em detrimento do desejo que ele mesmo identificou nos sujeitos, Freud, por outro lado, construiu conceitos que nos ajudam a pensar o processo psíquico pelo qual passa a mulher com a chegada do bebê. Vejamos.

Alguns autores da psicologia perinatal (PRESME, 2012) consideram que a chegada do bebê é vivida psiquicamente como algo da ordem do traumatismo. Traumatismo no sentido freudiano (FREUD, [1893-95] 1996). Conceito que sugere a fissura, a divisão do psiquismo do sujeito quando diante de um evento ou experiência que não pode ser compreendida psiquicamente no momento do ocorrido. “O acontecimento da gestação no sentido amplo (parto, etc.) é ele mesmo potencialmente traumático” (PRESME, 2012, p. 180). Mas por que algo que tanto desejamos pode causar tanto estrago no psiquismo das mães é a pergunta que resta em aberto. É justamente nesse ponto que a minha hipótese pode ser construída.

A mulher durante a gestação se encontra sugada, coabitada e parasitada por um ser que se encontra dentro dela. Um ser que faz parte dela. Esse processo, no entanto, durante a gestação é vivido muito internamente, de forma orgânica e corporal. Quando o bebê nasce, a mãe continua a viver, de forma semelhante à gestação, ou seja, ela continua sendo sugada, coabitada e parasitada por esse bebê, porém psiquicamente, pois no pós-parto esse ser se encontra fora dela. O fato de se encontrar fora do corpo da mãe, não muda os processos pelos quais ela passa com relação a esse bebê.

Ao contrário, quando o objeto interno da mãe, passa de interno para externo, real, concreto, ela passa por um processo de divisão. Pois, no pós-parto são dois corpos para um psiquismo. A mãe é o bebê, pois empresta seu psiquismo a ele durante o tempo do período pós-natal. Ela é o bebê, mas é também ela mesma. São dois seres em um só. É um outro que é intimamente seu. É um outro que é ela mesma, mas que se encontra fora dela. Seria quase uma loucura. Talvez seja dessa constatação que surgiu o conceito winnicottiano sobre a preocupação materna primária.



Para Winnicott, a mulher no pós-parto apresenta um estado alterado de consciência “poderia ser comparada a um estado de retraimento ou de dissociação, ou a uma fuga, ou mesmo a um distúrbio num nível mais profundo, como por exemplo um episódio esquizoide, onde um determinado aspecto da personalidade toma o poder temporariamente” (1956, p. 401). Segundo suas próprias palavras: “quase uma doença”! (1956).

Loucura materna, Tristeza materna, baby-blues, preocupação materna primária, estado esquizo-paranoide, folie puerperal, são alguns dos termos e conceitos utilizados para descrever, ou mesmo, classificar, o estado psíquico no qual encontra-se a mulher no pós-parto. Poderia citar ainda outros tantos que descrevem verdadeiras psicopatologias mentais, mas detenho-me apenas a listar aqueles que são utilizados frequentemente para descrever a particularidade psíquica, porém não necessariamente patológica, do psiquismo feminino na maternidade.

Convém, por fim, sublinhar a relevância do tema proposto para o campo de estudo da família contemporânea, o que me faz retomar o objeto de pesquisa que defini há poucos anos (2010) no Mestrado, objeto que formulo assim: a importância da função paterna, que se inscreve dentro da família, para constituição psíquica do sujeito apesar da falência da sua imagem social. Retorno à função paterna, de forma adaptada ao objeto atual, a saber, o psiquismo materno no pós-parto, pois acredito, que esta função, que produz seus efeitos constituintes e organizadores através das relações familiares, é fundamental no percurso feminino em direção à maternidade. Adentremos por essa via, recorrendo à Lacan e sua compreensão sobre o próprio surgimento da psicanálise.

4. A FAMÍLIA: O PAI E A MÃE

Para falar de Lacan e da família, iniciemos pelo conceito de imago paterna, que me parece importantíssimo para se pensar o complexo de Édipo freudiano e conseqüentemente a família contemporânea, principalmente a partir do recorte realizado por Lacan em seu artigo *A família* de 1938, o qual, utiliza o conceito considerando a maneira como esse pai aparece na sociedade vienense em fins de século XIX, justamente a sociedade palco das descobertas freudianas.

Lacan não transita sobre as formas de apreensão dessa imago, ele vai direto ao seu aspecto declinante, apreende sua dimensão desvalorizada e a explora à exaustão. Para Lacan, portanto, a imago paterna sofre o grande golpe no período posterior à revolução industrial e



revolução francesa, período em que os especialistas convencionam iniciar a falência da família patriarcal. A própria referência que faz da falência da autoridade patriarcal – Lacan se refere a essa falência como um “declínio social da imago paterna” (1987[1938], p. 62) – já manifesta o caminho que ele percorre. Esse declínio por sua vez, podia ser percebido a partir de uma imagem paterna fragilizada, instável e desvalorizada socialmente, e, para Lacan, estava associado à crise da modernidade que representava os avanços desmedidos das mudanças decorrentes do período pós-revoluções, que influenciou tanto a família quanto a organização política, social e econômica da Europa no fim do século XIX.

Alguns estudos como os de Roudinesco (2003), de Delumeau (1990), de Ariès (1991), dentre outros, são testemunhos da realidade a que esteve exposto o pai de outrora até chegarmos ao pai de hoje. Esta realidade histórico-social está presente na reflexão lacaniana sobre a falência paterna, igualmente observada por Tellenbach (1983, p. 15):

Que o pai esteja cada vez mais hesitante e inconsistente em sua inteligência, que ele apreenda e realize cada vez menos as potencialidades de sua paternidade, essas são as constatações que procedem de uma longa história; mas é somente no decorrer das últimas décadas que se pode mais claramente tomar consciência dessa situação, a ponto de não ser mais possível recusá-la⁴.

Para completar, em 1793, morre guillotinado o rei Luís XVI, depois da abolição da monarquia. Fato este que Roudinesco analisa fazendo referência a Balzac: “Ao cortar a cabeça do rei, dirá Balzac, a Revolução derrubou a cabeça de todos os pais de família” (ROUDINESCO, 2003, p. 33).

Essa queda do patriarca que se manifestava através da desvalorização de sua imagem parece ser retomada por Lacan com o propósito de contextualizar o surgimento da teoria freudiana sobre as neuroses. Pois, como a metáfora balzaquiana já insinua, a correspondência entre os dois personagens, rei e pai, nos sugere que algumas condições, das quais destacamos as simbólicas, foram sendo criadas para pensar a família burguesa ordenada com um pai menos potente.

Um corte fica estabelecido. E com o corte surge a possibilidade de se pensar a organização familiar de outra maneira: como provedora de subjetividades mesmo diante da falência da autoridade paterna. Assim, compreende-se que o pai, apesar da desvalorização de

⁴ Original em francês (Tradução livre da autora).



sua imagem, tem um papel importantíssimo para a constituição psíquica dos indivíduos. É, ao menos, a saída que Freud encontrou, segundo Lacan, para revalorizar o pai. Se ele não mais detém o poder de autoridade inquestionável dentro das sociedades, ele adquire um papel fundamental dentro da família – papel que não diz respeito ao autoritarismo ou a uma posição social de poder, mas àquilo que a psicanálise elabora sob o nome de Complexo de Édipo, que se encontra como importante referencial lacaniano na sua abordagem da função paterna.

Para Lacan, portanto, o Complexo de Édipo se constitui numa forma de valorização do pai diante da crise que se impunha; uma valorização eminentemente simbólica. Conforme as palavras de Lacan: *“Seja qual for o futuro, este declínio constitui uma crise psicológica. Talvez seja a esta crise que se torna necessário relacionar a aparição da própria psicanálise”* (LACAN, 1987[1938], p. 62).

Se a psicanálise não poderia solucionar a crise que eclodia nem, tampouco, resgatar a autoridade do patriarca dentro da família, poderia, ao menos, oferecer-se como um dispositivo simbólico de ordenação psíquica, apesar da crise social do pai. No entanto, nessa função do pai, podemos observar uma fragilização – que se manifesta através de subjetividades vulneráveis a psicopatologias – que seria resultante da influência do declínio de sua imagem. Mas, apesar da polêmica afirmação de Lacan quanto ao surgimento da psicanálise, a ênfase recai, não no nascimento desse campo do saber, mas sim nos efeitos psicopatológicos procedentes das novas formas familiares que se sustentam numa imagem social paterna fragilizada. É o que podemos constatar na sequência do texto de 1938:

Seja como for, são as formas de neuroses dominantes no fim do século passado que se revelaram ser intimamente dependentes das condições de família. Estas neuroses, desde o tempo das primeiras adivinhações freudianas, parecem ter evoluído no sentido de um complexo caracterial onde [...] se pode reconhecer a grande neurose contemporânea. A nossa experiência leva-nos a designar aí a determinação principal na personalidade do pai, sempre faltando de certo modo ausente, humilhada, dividida ou artificial (LACAN, 1987[1938], p. 62).

Dito de outro modo, para Lacan, os sintomas neuróticos são o reflexo das formas de família dominantes e, portanto, intimamente ligados à fragilidade da imagem paterna. As possíveis saídas do Édipo, segundo a teoria freudiana, servem aqui de testemunho: não se pode sair do Édipo senão ao preço de um adoecimento psíquico, ainda que este seja a neurose.

Podemos concluir, a partir desse longo passeio pela história e pelo artigo de Lacan, que as psicopatologias contemporâneas são, na verdade, manifestações das novas possibilidades de



organização psíquica que os sujeitos contemporâneos estão suscetíveis diante das novas formas de organização familiar ocidental, que se constituem a partir de um pai simbólico. Mas essa longa análise não nos mostra como podemos pensar o pai – como ele participa, como ele intervém, e se ele intervém – nos primeiros dias da vida do bebê, como suporte social da mãe.

Nesse campo de estudo das relações do bebê, com o pai, a mãe e a família, gostaria de retomar Winnicott e recorrer, igualmente, ao psiquiatra e psicanalista francês Serge Lebovici, que privilegiam, cada um a sua maneira, a relação mãe e bebê, para analisar como o pai pode participar nesse momento inicial da maternidade com a chegada do bebê.

Partindo das contribuições winnicottianas, a mãe é compreendida dentro de uma relação dual, onde não há a percepção de um terceiro, o pai, nos primeiros momentos de sua vida. Para o psicanalista inglês essa percepção é mais uma das conquistas que a criança adquire a medida que avança no seu desenvolvimento (WINNICOTT, 1990).

Se não há a percepção de um terceiro nos primeiros meses de vida na perspectiva de Winnicott, o pai não existe enquanto tal para o bebê, e, portanto, não poderíamos falar em função paterna nos primórdios da vida de uma criança nessa perspectiva, muito menos nos efeitos psicopatológicos que Lacan constata como resultante da nova forma de paternidade, alicerçada numa imagem do pai desvalorizada. Mas ele nos traz uma tese fundamental para se pensar o pós-parto materno e conseqüentemente a presença ou ausência de psicopatologias puerperais, tese que eu poderia definir a partir de suas palavras: “...um cuidado materno satisfatório, que significa cuidado paterno.” (WINNICOTT, 1983[1960], p. 44); definindo na sequência o cuidado paterno satisfatório a partir de três estágios: 1. Holding; 2. Relação dual mãe-bebê, onde o pai não é conhecido do bebê; e 3. Pai, mãe e lactente.

Acredito que Winnicott é claro em sua afirmação, e que podemos compreender a relação direta entre a mãe suficientemente boa e o cuidado paterno nesse pequeno trecho. Talvez, para ele o pai não possa ser conhecido pelo bebê, pois em sua obra o processo de maturação requer outras conquistas para alcançar esse nível de desenvolvimento. No entanto, ele não descarta a importância desse pai desde o início de seu nascimento, como podemos verificar na afirmação citada, o que nos faz crer que para Winnicott para que uma mãe desempenhe sua função maternante a presença do cuidado paterno é de suma importância.

Recorro a outro texto de Winnicott para dar suporte a essa afirmação, onde ele escreve:

...o que hoje em dia é tão necessário, ou seja, dar suporte moral à boa mãe comum, (...), e protegê-la contra tudo e todos que se interpuserem entre ela e o bebê. Todos nós devemos juntar forças que capacitem o início e o desenvolvimento natural da relação emocional entre as mães e seu bebê. Esse



trabalho coletivo é uma extensão do trabalho do pai, do trabalho do pai desde o início, quando a mãe está carregando, sustentando e amamentando seu bebê; no período anterior ao qual o bebê vai poder usar o pai de outras maneiras” (WINNICOTT, 2005, p. 122).

Ou seja, Winnicott nos diz claramente há um *trabalho do pai desde o início* (...). Reforço: “*no período anterior ao qual o bebê vai poder usar o pai de outras maneiras*”, maneira essa que podemos supor estar associada ao Édipo. Mas antes do Édipo o bebê pode usar o pai dessa maneira, indireta, porém salutar, pois que o seu trabalho de suporte moral à boa mãe permite *o início e o desenvolvimento natural da relação emocional entre a mãe e o bebê* (WINNICOTT, 2005, p. 122).

O que parece importar nesse momento inaugural das relações do bebê com o seu entorno é mais o lugar que o pai ocupa junto à mãe desde a gestação até o desenrolar dos primeiros meses do recém-nascido. Assim, o pai é quem pode favorecer, ajudar, colaborar com o processo de maternalização, ou seja, com o processo de tornar-se mãe. Essa é a tese que acredito estar implícita nas palavras de Winnicott e explícita nas de Lebovici (e de outros atores que seguem abordagens semelhantes) como poderão constatar.

Para Lebovici (2003), “o pai não é somente aquele pelo qual se opera a separação mãe-bebê” (p. 196) no complexo de Édipo, ao contrário, seus aportes ao bebê estão muito além disso (LEBOVICI, 2003). Porém, esses aportes são da ordem das interações precoces, e se referem ao modo como o bebê é carregado, embalado, olhado, cuidado por cada um dos pais, ressaltando as diferenças que o bebê percebe quando diante dos cuidados de um e de outro. No entanto, os aportes de que Lebovici menciona são precisamente da ordem das funções maternas, porém desempenhadas pelo pai. E por se tratar de função maternante, voltaríamos a estaca zero, pois estaríamos diante de um período pré-edípiano, onde a função paterna ainda não teria sua validade enquanto função psíquica e subjetivante.

Não obstante, não podemos negligenciar que, a partir do momento que se supõe que há para o bebê uma distinção entre os dois personagens familiares poderíamos supor a percepção, desde cedo, de um terceiro na relação mãe-bebê. E se há distinção, não haveria também a presença para o bebê de um outro da mãe, aquele que virá desempenhar no Édipo a função de interdição?

O próprio Lebovici nos dá esse caminho quando em *L'arbre de la vie* ele faz menção à “referencia social”, a qual é descrita da seguinte maneira: “queremos aqui significar que a relação dual é contextualizada por uma situação que lhe é exterior”, contextualização essa na qual o pai “pode e deve” também ter seu papel (LEBOVICI, 2009, p. 68).



O que se vislumbra nessa situação de prematuridade biológica e psíquica, é que desde sempre, antes mesmo do bebê nascer, o pai está ali, junto à mãe, de alguma forma. Nos diz Lebovici: “...o papel do pai deve ser reconhecido desde o nascimento (...). Tomado numa situação imediatamente triangular, pois a díade mãe-bebê é contextualizada por ele, o bebê sente rapidamente o processo de triangulação” (2009, p. 51).

Podemos utilizar como exemplo a própria distinção que o bebê começa a fazer desde a gestação, entre as diferentes vozes que escuta dentro da barriga, já é uma forma dele se encontrar inserido numa relação que comporta um terceiro, terceiro que posteriormente poderá desempenhar sua função junto ao Édipo.

O que parece importar nesse momento inaugural das relações do bebê com o seu entorno é mais o lugar que o pai ocupa junto à mãe desde a gestação até o desenrolar dos primeiros meses do recém-nascido. Outros autores reforçam a afirmativa de Lebovici, dentre eles, Nadia e Daniel Stern. Segundo eles, a função primeira do pai, no modelo tradicional de família, consiste “em oferecer à mulher um suporte emocional, físico, prático e financeiro, que vai fazer a ponte com o mundo exterior e lhe deixar espaço necessário para aprender a se ocupar do bebê” (STERN, D.; BRUSCHWEILER-STERN, 1998, p. 213).

Esse ponto de vista do papel do pai, o de estar ao lado da mulher a cada etapa da maternidade, desde a gestação, enquanto suporte emocional, sugere-nos uma forma de presença do outro da mãe interferindo de alguma maneira na relação dual. Pois se considerarmos a importância desse entorno da mulher para sua maternagem, o pai, como parte do ambiente materno, estaria favorecendo a função materna imprescindível ao desenvolvimento do bebê.

Nesse cenário que Stern nos apresenta de inscrição da maternagem, poderíamos, então, supor que o papel do pai corresponde a uma função paterna, e, portanto, simbólica, que atua de forma a permitir a maternagem do bebê e conseqüentemente seu desenvolvimento psíquico, mesmo antes de sua entrada nas relações edípicas. Função simbólica, uma vez que, ao tomar parte junto às referências sociais da mãe, ele possibilitaria a mulher aceder à significação de sua maternagem.

É o que o próprio Lebovici parece nos indicar, de forma ainda mais direta do que na afirmação anterior: “Depois dos trabalhos de Bowlby sobre o apego, considero que os pais tem por função ajudar suas mulheres no processo de maternalização” (LEBOVICI, 1989, p. 73). E o que seria essa ajuda senão uma operação simbólica?

E se pudemos considerar o papel do pai nesse período que vai desde a gestação até os primeiros meses de vida do bebê como uma função paterna deveríamos supor, igualmente –



pois que estamos lendo esses autores a partir da tese lacaniana de 1938 – que essa função traz em si os traços de sua imagem social desvalorizada. Assim como, segundo os argumentos de Lacan, as psicopatologias do bebê e da mãe poderiam ser compreendidas como efeito das novas formas de organização familiar que se constituem a partir de um pai menos potente, e, o que me parece ser o mais importante destacar: uma função simbólica. Reforçando, o que tento esclarecer aqui faz referência à família como instituição fundada no estatuto simbólico.

E diante disso, o objetivo não é patologizar as expressões sintomáticas do lactente e da mãe, como tentei esclarecer em um dos capítulos anteriores, nem mesmo interpretar a família contemporânea como uma família que faz o sujeito adoecer. Ao contrário, o que se verifica nas leituras recorridas é a atualidade de uma constituição subjetiva marcada pela nova lei que a funda, a saber, a lei simbólica, que traz em si uma inadequação própria do mundo simbólico. A representação dessa lei pode ser compreendida à luz da antropologia de Lèvi-Strauss, que tanto influenciou o pensamento lacaniano a partir de 1952, quando do seu retorno à Freud.

Segundo o antropólogo, o mundo simbólico impõe um limite que lhe é próprio: “não pôde e jamais poderá consistir senão em retificar recortes, proceder a reagrupamentos, definir pertenças e descobrir recursos novos, no seio de uma totalidade fechada e complementar consigo mesma” (LÉVI-STRAUSS, 2003. p. 42). Lacan nos diz algo parecido porém de outra maneira, já integrando a questão da família. Segundo ele, “De fato mesmo representada por uma única pessoa, a função paterna concentra em si relações imaginárias e reais, sempre mais ou menos inadequadas à relação simbólica que a constitui essencialmente” (LACAN, 1998, p. 279). Ou sempre algo escapa ao sujeito, ou, tudo ele capta do outro sem no entanto poder compreender o que capta, sem no entanto poder falar sobre aquilo. Se ele não pode falar, se ele não pode compreender, se ele não pode ter acesso a um sentido que dê conta, resta a ele adoecer. Manifesta, portanto, através de sintomas aquilo que não pode significar de outra maneira. Dessa forma o sintoma fala, sendo a forma do bebê se comunicar com o outro..

Partindo desse ponto de vista, as psicopatologias do lactente e as patologias psíquicas da mãe podem ser compreendidas, portanto, como efeito do tipo de organização a que estamos submetidos, organização familiar que se constitui e funciona a partir de operações simbólicas: metáforas, significações, representações, interpretações; que possui em sua estrutura o caráter inerente ao mundo da linguagem, a saber, o limite, o furo, a inadequação, a idiosincrasia, o paradoxo, o mal entendido, o equívoco.

Que estejamos diante de um período onde vemos a função paterna em seu declínio, não é o que pretendo denunciar, afinal de contas, os autores contemporâneos o fazem muito bem. O



que sinalizo, ponto e reforço é algo anterior ao que se constata com relação ao declínio da função paterna, e que acredito ser de grande importância para a compreensão da proliferação das psicopatologias do bebê, e do adoecimento materno puerperal, ou seja: devemos pensar a relação dual mãe-bebê como estando permeada por um terceiro – não importa qual – que pode fazer a função de pai que o complexo de Édipo freudiano nos propõe como esteio para a constituição do sujeito humano – cabe aqui a referência ao advento do sujeito no caso do bebê em desenvolvimento e o nascimento da mãe na mulher que gera um filho.

Resumindo: resalto, portanto, a importância de um terceiro nessa relação, seja na simbolização da maternagem; como ambiente facilitador ou como suporte moral da mãe; ou ainda, como interditor na relação mãe-bebê, a função paterna deve ser considerada desde o início da vida do recém-nascido. Devemos, por conseguinte, sempre ter em mente que a mãe, ao desempenhar seu papel de mãe, tem todo um ambiente em torno dela que pode favorecer ou não essa maternagem. Dito de outro modo: a mãe nunca está só, ou quando está, é porque algo do seu entorno falta, claudica. Para que a mulher cumpra seu papel de forma minimamente saudável para ambos, para ela e o recém-nascido, deve haver um ambiente que favoreça as interações mãe/bebê, alguém que possa ser o terceiro da relação, alguém que possa ser o outro da mãe. Pois, utilizando as palavras de Simone de Beauvoir (1967)⁵, adaptada à realidade da maternagem: Ninguém nasce mãe, mas torna-se mãe. A mulher apreende a ser mãe, e o outro pode ser um importante mediador nessa direção.

5. CONCLUSÃO

Para concluir vejamos onde essa análise sobre a mãe e a mulher nos levou. Começamos pelo pós-parto. “Tristeza materna”, “baby-blues”, “preocupação materna primária”, “loucura puerperal”, são alguns dos termos e conceitos utilizados para descrever, ou mesmo, classificar, o estado psíquico no qual encontra-se a mulher no pós-parto, evidenciando, portanto, o quanto mãe e mulher não são necessariamente lados de uma mesma moeda.

⁵ “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. (...) Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*” (BEAUVOIR, 1967, p. 9).



O que é mais interessante perceber não é que Freud tenha reconhecido que algo sobre a mulher lhe escapa, ou que Winnicott tenha oferecido à mulher um momento de loucura saudável. O que não encontramos nesses discursos é a referência à mãe como objeto de estudo separada da mulher e a mulher como separada da mãe. Talvez, desvincular a mãe da mulher não nos faça compreender muita coisa sobre o objeto mãe, mas tentar apreender a mulher através do seu papel materno tem sido um caminho ainda mais tortuoso e infrutífero.

O que se pode concluir, portanto, é que a mãe como objeto de pesquisa científica, é encontrada sempre vinculada a outros objetos de estudo, a criança, o bebê, a mulher, o marido, o pai, o filho. E isso se deve ao fato de que a mãe parece não poder existir dissociada de sua dimensão de mulher, apesar de reconhecermos que falar da mulher não é o mesmo que falar da mãe (vice-versa). Mas ao falarmos em mãe o que se constata é que ela não deve ser apenas mãe para desempenhar a maternidade. Quando mulher e mãe se equivalem – ou seja, quando a mãe anula sua dimensão mulher – vemos todo tipo de patologias psíquicas se manifestarem tanto nos bebês, nas crianças e na família como um todo.

Esse recuo histórico e bibliográfico nos indica uma realidade de conflito para a mulher na maternidade. Um conflito que faz do próprio psiquismo feminino no pós-parto um testemunho dessa descontinuidade entre mãe e mulher. E que esse psiquismo comece, mais frequentemente, a se manifestar patologicamente justamente num período onde abre-se para a mulher a possibilidade de ser outra coisa além de mãe, parece nos revelar a questão do feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978. p. 279.

_____. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

BADINTER, E. *O conflito. A mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. p. 222.

BEAUVOIR, S. Chapitre VI. La mère. In: *Le deuxième sexe II*. Paris: Gallimard, 1976. p. 326-386.

BYDLOWSKI. *Psychiatrie périnatale*. Paris: P.U.F., 1998. p. 522.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893-95). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996. p. 39-320. v. II.

_____. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996. p. 119-219. v. VII



_____. Sexualidade feminina (1931). In: *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1996. p. 231-251. v. XXI.

KNIBIEHLER, Yvonne. Histoire des mères et de la maternité en occident. Paris: P.U.F., 2000. p. 125.

DELUMEAU, J.; ROCHE, D. (org.). *Histoire des pères et de la paternité*. Paris: Larousse, 1990.

LACAN. *A família* (1938). Lisboa: Assírio & Alvim, 1987.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1998. p. 238-324.

LEBOVICI, S. WEIL-HALPERN, F. *Psychopathologie du bébé*. Paris: P.U.F., 1989.

LÉVI-STRAUSS. Introdução à obra de Marcel Mauss (1950). In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 11-46.

MISSONNIER, S. *Manual de psychologie clinique de la périnatalité*. Paris: Elsevier Masson, 2012. p. 382.

ROUDINESCO. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

STERN, D., BRUSCHWEILER-STERN, N. *La naissance d'une mere*. Paris: Poches Odile Jacob, 2008.

TELLENBACH. *L' image du père dans le mythe et l'histoire*. Paris: P.U.F., 1983.

WINNICOTT. A preocupação materna primária (1956). In: *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. Teoria do relacionamento paterno-infantil (1960). In: *O ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. 38-54 p.

_____. *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. A contribuição da mãe para a sociedade. In: *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 117-122 p.